

Práticas languageiras: uma análise discursivo-ergológica de práticas discursivas do trabalho docente no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência**Language practices: an analysis of ergological-discursive practices of teaching work within the process of school inclusion for people with disabilities**

DOI:10.34117/bjdv6n12-075

Recebimento dos originais: 04 /11/2020

Aceitação para publicação: 04/12/2020

Rosanny do Perpétuo Socorro de Souza Lima

Doutoranda em Estudos Linguísticos e Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Comunicação, Linguagem e Cultura (UNAMA); Especialista em Educação Especial Inclusiva (FAEME) e Bacharel em Comunicação Social pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas, Rua Augusto Côrrea, 01, Guamá, CEP: 67133-110 - Belem, PA – Brasil.

E-mail: rosannylima@yahoo.com.br

Fátima Cristina da Costa Pessoa

Doutora em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas, Rua Augusto Côrrea, 01, Guamá, CEP: 67133-110 - Belem, PA – Brasil.

E-mail: fpessoa@ufpa.br

RESUMO

A presente investigação, pautada na relação interdisciplinar entre Linguagem e Trabalho, sob a perspectiva da Análise do Discurso e da Ergologia, com base em Maingueneau (1997, 2008, 2015) e Schwartz (2010, 2011, 2015), respectivamente, ocupa-se da temática inclusão escolar de pessoas com deficiência a partir de práticas discursivas nas relações de trabalho docente desencadeadas com base em práticas languageiras. Investigar o funcionamento discursivo-ergológico do trabalho docente no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência justifica o desenvolvimento da presente pesquisa. Destaca-se como objeto de estudo, a análise do trabalho que o professor desenvolve em sala de aula regular, por meio da linguagem, no domínio das relações interdiscursivas, com aporte da Ergologia, em materialidades discursivas produzidas no espaço institucional que revelam, na sua opacidade, os lugares que os sujeitos ocupam nas relações de trabalho no contexto institucional indiciados em pertencimentos, afastamentos e silenciamentos mediante normas, renormalizações e usos de si em cenas enunciativas que se dão em práticas discursivas. Do ponto de vista da Análise do Discurso, as abordagens das categorias analíticas: práticas discursivas, cenas enunciativas e interdiscurso; da Ergologia: normas antecedentes, renormalização, usos de si, trabalho prescrito e real. A metodologia tem caráter analítico, mobilizada para identificar o que se diz e o que se faz na prática laboral em contexto escolar de inclusão a partir de dramáticas dos usos de si, normas e renormalizações, trabalho prescrito e real em cenas enunciativas. A constatação de um espaço de tensão entre o histórico

e o circunstancial é visibilizado no funcionamento da prática discursiva da (não) inclusão escolar de pessoas com deficiência apreendida na atividade.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Ergologia, Inclusão escolar de pessoas com deficiência, Trabalho docente.

ABSTRACT

This research, based on the interdisciplinary relationship between Language and Work, from the perspective of Discourse Analysis and Ergology, based in Maingueneau (1997, 2008, 2015) and Schwartz (2010, 2011, 2015), respectively, deals with the theme of school inclusion of people with disabilities from discursive practices in teaching work relationships triggered by language practices. Investigating the discursive-ergological functioning of teaching work in the process of school inclusion of people with disabilities justifies the development of this research. The object of study is the analysis of the work that the teacher develops in the regular classroom, through language, in the domain of interdiscursive relations, with the contribution of Ergology, in discursive materialities produced in the institutional space that reveal, in their opacity, the places that the subjects occupy in the work relations in the institutional context indicted in belongings, distances and silences through norms, renormalizations and uses of themselves in enunciative scenes that take place in discursive practices. From the point of view of Discourse Analysis, the approaches of the analytical categories: discursive practices, enunciative scenes and interdiscourse; of Ergology: antecedent norms, renormalization, uses of self, prescribed and real work. The methodology has an analytical character, mobilized to identify what is said and what is done in the labor practice in a school context of inclusion based on dramatic uses of self, norms and renormalization, prescribed and real work in enunciative scenes. The verification of a tension space between the historical and the circumstantial is visible in the functioning of the discursive practice of (non) school inclusion of people with disabilities apprehended in the activity.

Keywords: Análise do Discurso, Ergologia, Inclusão escolar de pessoas com deficiência, Trabalho docente.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga as práticas discursivas que se realizam no trabalho do professor no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência¹, de acordo com a abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso (AD) e da Ergologia, propostas por Dominique Maingueneau (1997, 2008, 2015) e Yves Schwartz (2010, 2015, 2011), respectivamente, tendo sido realizado recorte para categorias analíticas ergológicas, sobre as quais canalizamos a investigação neste artigo.

¹ A terminologia “pessoas com deficiência” utilizada para delimitar o público alvo da inclusão a que nos dedicamos nesta tese corresponde a um dos termos empregados na concepção da deficiência a partir de um modelo social, de acordo com Diniz (2007). Neste modelo social, a deficiência é concebida como uma desvantagem ou restrição provocada pela organização social, resultado de um corpo com lesão em uma sociedade discriminatória e excludente, concebida de um ponto de vista multidisciplinar.

A análise do trabalho do professor no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência é direcionado a partir da especificidade de “práticas languageiras” em situações de trabalho em escola pública da Rede Municipal de Educação de Belém - Pará, para que se possa, na singularidade do lugar investigado e materialidade prescrita, reconhecer o que se diz e o que se faz. A referida observação tem centralidade linguística, sendo a AD, a disciplina base que esta pesquisa investigativa se filia, tendo em vista a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL-UFPA), em nível de doutorado a que esta pesquisa está vinculada, e ancoragem ergológica, que são essenciais para o percurso que se propõe.

A Análise do Discurso vislumbra a linguagem enquanto objeto a partir de uma ótica que permite uma conexão que interliga sujeitos, história e sociedade, sobre os quais, questionamentos políticos são problematizados, estabelecendo ainda, estreitamento com diversas áreas de conhecimento que corroboram para a apreensão do funcionamento da linguagem em materialidades.

O objetivo desta pesquisa investigativa é analisar as práticas discursivas relativas ao processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência em práticas languageiras da atividade de trabalho do professor, reconhecendo, na materialidade discursiva, cenas enunciativas que imbricam o dizer, o dito e a instituição escolar no processo de inclusão de pessoas com deficiência, identificando espaços de tensão que permitem evidenciar pertencimentos e afastamentos de sujeitos que estão envolvidos no exercício do trabalho do professor; analisar as relações entre normas e renormalizações na prática do trabalho do professor para incluir alunos com deficiência; descrever, nas cenas enunciativas, as dramáticas dos usos de si, mediante o que está prescrito e o que é real no trabalho docente.

2 PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS

Tendo em vista o problema em investigação, optou-se por realizar uma abordagem qualitativa, uma vez que o aporte teórico-metodológico da AD e da Ergologia requer tal perspectiva, para que dessa maneira se possa corroborar com as reflexões que a pergunta norteadora da pesquisa suscita: de que forma, a partir da perspectiva da linguagem e do trabalho, sob a abordagem da Análise do Discurso e da Ergologia, é possível identificar, em cenas enunciativas do trabalho do professor no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência, as dramáticas dos usos de si, normas e renormalizações, trabalho prescrito e real, tendo em vista a análise de práticas discursivas docentes?

As técnicas utilizadas foram pesquisa documental, entrevista e observação para a compreensão das situações de trabalho de vários ângulos, em suas especificidades, para que dessa forma haja

apreensão do que se diz e do que se faz, uma vez que a realização da atividade se desenvolve de maneira variável, sobressaindo-se por vezes no dizer, por vezes no agir.

Para esta pesquisa foi selecionada uma instituição escolar da Rede Municipal de Belém, que tem em seu corpo discente pessoas com deficiência, tem seu quadro funcional formado em sua maioria por professores efetivos da instituição e que trabalham com pessoas com deficiência. Tal escolha se deu em virtude da estabilidade dos profissionais na rede de ensino e do significativo número de alunos com deficiência matriculados na escola. Ainda como critério de escolha, foi levado em consideração o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, tomando-se por base, a meta nacional estabelecida e as respectivas matrículas de alunos com deficiência a fim de mensurar quantitativamente e qualitativamente a repercussão da inclusão. A escola municipal selecionada para o desenvolvimento da pesquisa piloto está localizada no Bairro Tapanã, em área periférica do município, tem o corpo discente composto em média pelo quantitativo de 1.900 (um mil e novecentos alunos), dos quais 38 (trinta e oito) são alunos com deficiência, funcionando nos turnos manhã, intermediário, tarde e noite, corpo de funcionários formado em média por 120 (cento e vinte) trabalhadores.

Realizada a seleção da escola, o passo seguinte dado foi a apresentação da pesquisadora para a equipe diretiva da escola e documento de apresentação de vínculo com o PPGL-UFGA, projeto de pesquisa e documento de liberação a ser assinado para realização da pesquisa. Em seguida foi solicitada autorização para uma conversa com os professores dos alunos com deficiência para apresentar a proposta de investigação e suas fases, com o intuito de ter o consentimento do professor que se disponibilizasse a participar enquanto sujeito da pesquisa e nessa mesma oportunidade, já formalizando a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os professores que possivelmente aceitariam participar, os quais foram mencionados pela coordenação, de imediato mostraram entusiasmo, “Nossa! Que privilégio participar”, “Ai meu Deus, minha aula sendo observada, analisada...”, e já saíram discorrendo sobre suas práticas em sala de aula, das dificuldades, dos desafios e questões que são superadas a cada dia, a expectativa e a confiança que os pais depositam no trabalho desenvolvido, entre outras questões.

A conversa de apresentação foi importante para a ambiência entre ambos, a espontaneidade da conversa informal que antecedeu as etapas de observação em sala de aula e entrevista foi relevante para a pesquisadora delinear o panorama da instituição, dos possíveis ditos e dizeres que a constituem, que já se enunciavam discursivamente irrompendo a etapa metodológica outrora projetada para espaço de escuta do professor. A cena enunciativa de formalização do TCLE já começa a constituir efeitos de sentidos sobre o objeto de pesquisa e suas nuances linguísticas e ergológicas, uma vez que o processo

reflexivo foi ativado concomitantemente com sua presença no campo da pesquisa em que o diálogo inicial já começa a constituir o objeto de análise a partir da compreensão do funcionamento da atividade realizada pelo professor e também dos impedimentos que dificultam a realização do que foi planejado, do ponto de vista prescritivo, normativo e do ponto de vista da prática cotidiana.

Em março de 2018 realiza-se uma semana de “observação piloto”, com registro em diário de campo das “práticas languageiras” possíveis de serem alcançadas nas situações de trabalho que envolve o professor no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência e que permitem dimensionar a frutificação de tal observação para análises.

A pesquisa documental se inicia com a solicitação do arquivo jurídico que rege o espaço institucional que interfere no exercício da prática laboral do professor e reflete em práticas discursivas que se materializam textualmente. A seleção dos prescritos que compõem o corpus de análise é realizada para focar a observação, a fim de constatar a distância entre o que está prescrito na materialidade linguística e como isto se dá no contexto escolar real. Constituem a lista de materialidades discursivas: prescritos, a observação da prática do professor em sala de aula e entrevista com professor. Parte da referida materialidade discursiva, que constitui o corpus de análise foi propiciada no âmbito do exercício laboral do professor, são recortes de cenas enunciativas, o que permitirá descrever, as dramáticas dos usos de si, mediante o que está prescrito e o que é real no trabalho docente para inclusão de pessoas com deficiência.

A abrangência desta metodologia garantirá uma percepção mais fidedigna do que se diz e do que se faz na inclusão escolar de pessoas com deficiência na rede regular de ensino em escola da Rede Municipal de Educação de Belém, a partir do trabalho docente.

3 LINGUAGEM E TRABALHO - ANÁLISE DO DISCURSO E ERGOLOGIA

A relação existente entre o domínio da linguagem e do trabalho sob o ponto de vista da Linguística e da Ergologia poderia causar estranheza, caso não tivesse imbricamento relevante para pesquisas atuais. A indispensável articulação da Análise do Discurso, revelada na junção da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise, levando em consideração a luta de classes, os movimentos sociais e a história, conquista grande espaço quando projeções das referidas áreas de conhecimentos são realizadas, de modo a corroborar com o avanço de pesquisas no campo do trabalho, conforme os estudos propostos pela Ergologia.

A Ergologia vem estabelecendo relações interdisciplinares para que haja compreensão da laboriosa atividade, a linguística é uma interface, uma vez que a linguagem se manifesta como um

dispositivo revelador da complexidade do trabalho, seja sob a perspectiva da linguagem no trabalho, da linguagem sobre o trabalho ou da linguagem como trabalho.

A linguagem e o trabalho são muito importantes para a sociedade e, por serem complexos, é que tomamos as discussões julgadas relevantes, articulando tais perspectivas, sob o ponto de vista da atividade humana, onde a interface linguagem e trabalho são reveladas em diferentes materialidades, partilhando do pensamento em que os entrelaces linguagem e trabalho se constituem diante de “uma imbricação radical de um dito, de um dizer e de uma instituição” (Maingueneau, 2008), que nessa perspectiva elucida-se:

“Adotar a perspectiva discursiva implica considerar a língua não como instrumento informacional, transparente, mas como polissêmica e opaca. Implica também aceitar que a discursividade define uma ordem própria diversa da materialidade da linguagem, mas que se realiza na língua. Compartilhar a abordagem ergológica significa pensar a atividade de trabalho como o encontro entre normas e os seres humanos capazes, por suas escolhas, de traduzi-las em cada situação.” (Souza-e-Silva, 2014, p.282).

A inserção do pesquisador no ambiente laboral serve para observar, por meio de materialidades diversas, o que se diz e o que se faz. A linguagem e o trabalho se dão numa rede complexa que interliga sujeitos que são atravessados por diferentes formações ideológicas que constituem uma heterogeneidade de formações discursivas que circulam dentro de uma comunidade discursiva. Tal complexidade se dá em virtude do fato que é impossível “reduzir o trabalho à mera execução” (Schwartz, 2007, p.191), uma vez que tanto a linguagem quanto as ações são irrepetíveis e singulares.

O núcleo de estudos ergológicos está firmemente ligado à Ergonomia, especificamente na Ergonomia da Atividade, apresentando esta, como centralidade determinante, a relação da distância existente entre trabalho prescrito e real; tendo a Ergologia se desenvolvido na França, a partir da refutação dos questionamentos advindos dos regimes de trabalho totalmente mecanizados instituídos no fordismo-taylorismo que entraram em defasagem nos processos de trabalho, onde o prescrito era primordial na execução da atividade, substituindo-os pelas histórias que atravessam as atividades de trabalho, que são marcadas num determinado tempo e lugar, mobilizando diferentes saberes. Para a abordagem ergológica, a discussão é centralizada no âmbito do debate de normas e renormalizações. No que concerne aos questionamentos do mecanicismo instituído pelo fordismo-taylorismo que entrou em defasagem e contribui para uma concepção ampliada de trabalho enquanto atividade, clarifica-se:

“é na distância – e no porque desta distância – entre os projetos do taylorismo e as realidades concretas, nas fábricas onde ele foi iniciado e experimentado que, creio, vai-se encontrar o que chamamos de atividade.” (Schwartz; Durrive, 2007, p.39).

A relação estabelecida entre linguagem e trabalho, dizer e fazer, é muita antiga, uma vez que a linguagem ocupa um lugar que é constitutivo nas situações de trabalho, são dimensões da atividade humana que estão concatenadas. É possível reportarmo-nos às organizações tayloristas em que as trocas linguageiras eram proibidas, mas diante da funcionalidade da linguagem em situações de trabalho, até mesmo os trabalhadores com encargos mais gerenciais das linhas de montagem não as cerceavam.

Esclarecer a problemática educacional em que se discursiviza a inclusão escolar de pessoas com deficiência no trabalho do professor a partir de seu funcionamento discursivo se julga interessante para a perspectiva analítica em que se inscreve, a qual vai se difundindo com ancoragem nas ciências da linguagem, a partir dos estudos de corpora.

“O interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis. Aqui, a noção de “lugar social” não deve ser apreendida de maneira imediata: pode se tratar, por exemplo, de um posicionamento em um campo discursivo (um partido político, uma doutrina religiosa ou filosófica ...). O objeto da análise do discurso não são, então, nem os funcionamentos textuais, nem a situação de comunicação, mas o que os amarra por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional.” (Maingueneau, 2015, p. 47).

A forma como os “lugares sociais” em que o trabalho do professor no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência se materializa na instituição escolar tem centralidade de análises, que se dá em *corpora* privilegiados que se legitimam no dizer e no fazer docente, sob várias possibilidades de efeitos de sentidos.

O conceito de trabalho que a Ergonomia se propõe a desenvolver contrapõe-se ao que foi disseminado por Taylor, a nova concepção de trabalho dá visibilidade aos aspectos biológico, cognitivo, afetivo, social do ser humano que executa a atividade. A partir desta perspectiva de abordagem da Ergonomia da Atividade é que a Ergologia se institui enquanto campo de investigação que se fundamenta na atividade humana, como esta se realiza em situação específica, na realidade prática, concreta.

“É uma démarche que reconhece a atividade como debate de normas. A partir daí, a ergologia tenta desenvolver simultaneamente nos campos das práticas sociais e com a elaboração de saberes formais, “dispositivos a três polos”, por toda a parte onde é possível. Daí uma dupla confrontação: confrontação dos saberes entre si; confrontação dos saberes com as experiências de atividade como matrizes de saberes.” (Durrive; Schwartz, 2008, p.25).

A Ergologia aborda a concepção de que as normas são necessárias para a realização da atividade, porém, não sozinhas, a experiência do ser humano, as condições em que a atividade se realiza são essenciais. A Ergologia analisa o Trabalho além da dimensão macroestrutural, para esta pesquisa a abordagem se dá sobre a microestrutura da realização do trabalho docente na perspectiva da inclusão escolar de pessoas com deficiência, investigando as situações prescritas e reais, as normas e as renormalizações, dispositivos objetivos e subjetivos que conduzem a prática diária.

A concepção de trabalho, de acordo com a abordagem ergológica, apresenta-se como um objeto complexo ao levar em consideração a concretude da atividade por quem a realiza e coloca em prática e, tendo em vista tal complexidade, outros campos do saber são importantes para o avanço de pesquisas que discorrem sobre o exercício do trabalho. Quando perguntado em entrevista com a professora sobre sua concepção a respeito da legislação, se os documentos de valor jurídico permitem avanços no processo de inclusão, a mesma se posiciona:

“É, se nós formos olhar por uma ótica legal do que as legislações trazem, hoje, educacional realmente... Sim, né?! O que está na lei ali, a teoria, ela é muito perfeita, mas aí como colocar essa teoria em prática diante das demandas que as escolas vem apresentando, porque na lei a gente viu que traz avanços, desde lá, quando a gente estuda a Declaração de Salamanca, que vem vindo, vem avançando nesse quesito da inclusão escolar, porém, quando a gente percebe na prática, não acontece o que está li na teoria, a teoria é muito perfeita, quem dera que agente conseguisse colocar em prática realmente o que está ali, é muito diferente do que a gente percebe dentro de uma escola, do real, da sala de aula.”

A atividade desenvolvida no contexto de trabalho é analisada além das normativas, a análise é feita com base no micro da atividade, onde o saber advindo da experiência é coextensivo, “cada um tende a renormalizar, a fazer sua a norma que antecipa e ajusta seu agir, a fim de se manter – mesmo que seja pouco – na origem do uso de si, mesmo se conformando com a demanda que lhe é posta”. (Durrive, 2011, p.49). Mais adiante a discussão se estenderá em torno das renormalizações e usos de si com maior propriedade, uma vez que a situação de atividade docente requer reflexões a partir destes conceitos ergológicos. A entrevistada foi questionada sobre a forma como se dá a realização da sua atividade docente, se segue estritamente o que está prescrito nas legislações ou se mobiliza outros saberes:

“É uma junção de todas essas questões. Às vezes até o que está posto nas legislações ainda está muito longe do nosso ponto de entendimento, de compreensão até das próprias cobranças do que seria esse direito dessas crianças de inclusão, porque se você for levar as situações, que deveríamos exigir, que realmente tivesse, pra gente que atende esse público, que é realmente específico, que tem direito, que está na legislação, que deveria ser garantido e as vezes até por desconhecimento nosso mesmo, as situações vão... E aí a gente acaba lidando só com o que nós temos em mãos, na prática, a nossa experiência, aquela busca constante, para conseguir

trabalhar, porque se nós tivéssemos realmente esse amplo conhecimento, todos fôssemos atrás, quem sabe a gente avançaria...”

Para Schwartz (2011, p.33), existe “o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada, incorporada nessas normas”, a maneira de se relacionar no ambiente de execução da atividade de trabalho foi alterada, uma vez que diante intensas transformações, paradigmas organizacionais foram adquirindo novas características, rituais, tradições, reestruturando dessa maneira, a cultura organizacional compartilhada no ambiente de trabalho. Segue o relato da professora participante da pesquisa:

“Eu não sabia como trabalhar, então eu achei que eu não ia conseguir trabalhar com aquele aluno, conseguir avanços... Porque é muito fácil, você olhar, e aí... Mas incomoda aquela criança que não está acompanhando a turma, você se sente incomodado, mas aí você não sabe o que fazer... Aí você vai buscando essas capacitações, essa leituras, pra conseguir. Acredito que é mais a força de vontade de conseguir, de tentar pelo menos trabalhar com aquela criança que conta nesse momento.”

A linguagem e o trabalho são controlados pela sociedade a todo o momento em que estão postos em circulação. Em ambientes institucionais, as práticas discursivas de controle geralmente estão materializadas em normativas, regimentos e leis que estão objetivamente institucionalizados, além de outros instrumentos de controle. Os enunciados produzidos institucionalmente no processo de instauração da ordem nas relações de trabalho revelam lugares enunciativos longínquos entre quem os produz e quem os coloca em prática, apontando para diferentes e concorrentes formações discursivas que emergem e assinalam extremos que estão dispostos sob o processo disciplinar, manifestado nos prescritos e no itinerário da produção do trabalho, vivenciado nas renormalizações, ambos em práticas de linguagem na atividade de trabalho.

A Linguística e a Ergologia se cruzam no momento em que implicam demandas sociais que fazem aflorar a linguagem como prática que media a relação com o mundo e aciona memórias discursivas que se constituem nas relações sociais de trabalho, seja por recorrentes regularidades ou dispersões diante da ordem que é estabelecida no funcionamento discursivo.

O mérito dado para a abordagem ergológica se realiza a partir da focalização das microdimensões da atividade de trabalho, onde se incluem as ordens objetivas e subjetivas que circundam o desenvolvimento da atividade. Por ordem objetiva consideramos as normas que precedem a execução da atividade, regras específicas, legislações, diretrizes que norteiam o trabalho humano; por ordem subjetiva, os investimentos que o sujeito trabalhador mobiliza para realizar a tarefa projetada.

As práticas formais de linguagem que pré-codificam o trabalho, que normatizam e prescrevem a atividade compõem o trabalho prescrito, já as práticas informais, aquelas que emergem a partir das variabilidades que norteiam as situações complexas de trabalho, que surgem porque o que foi pré-codificado não conseguiu mensurar o percurso da atividade desacompanhado, simboliza o trabalho real, em que se anuncia a destacada oposição entre trabalho prescrito ou tarefa e trabalho real ou atividade, sendo esta oposição, o sustentáculo dos estudos que se dedicam à análise da atividade como uma nascente a partir da qual saberes sobre o trabalho são edificados, criando dessa maneira, espaço para as pesquisas de linguagem que delineiam a movimentação da discussão.

Compartilhando da aceção de Abdallah Nouroudine (2002), consideremos “práticas languageiras” como termo que engloba a “linguagem como trabalho”, a “linguagem no trabalho” e a “linguagem sobre o trabalho”. As “práticas languageiras” serão apresentadas com base na concepção epistemológica em que a partir das três abordagens se possibilite estabelecer efeitos de sentidos em práticas discursivas do trabalho docente no processo de inclusão escolar de Pessoas com Deficiência, dados os mecanismos de funcionamento da relação linguagem e trabalho e da disposição do olhar para a linguagem enquanto interveniente das situações de trabalho.

A prática discursiva conduz o percurso do olhar para a prática da atividade de trabalho do professor enquanto atividade que é também discursiva, ao tempo que instaura sentidos a partir do desenvolvimento em determinadas condições de produção que implicam na inclusão escolar de pessoas com deficiência, voltando o olhar para o exercício enunciativo, para que se possa vislumbrar os lugares enunciativos institucionais de onde os sujeitos se posicionam, para que dessa maneira consiga dimensionar sobre o dizer e o fazer na referida prática social.

Privilegiar “práticas discursivas” possibilita dimensionar o que se diz e o que se faz nos desdobramentos do dia a dia de trabalho enquanto forma universal de atividade humana, aprofundando o olhar para o imbricamento existente entre discurso e condições de produção, para as vertentes da discursividade, no espaço institucional escolar transpassado por mudanças na sua estrutura, e ainda, transformação no funcionamento dos discursos dos protagonistas que se mobilizam para que as mudanças ocorram.

A linguagem como trabalho apresenta o mesmo nível de complexidade de toda a atividade de trabalho e sua complexidade se constitui a partir da junção das variáveis econômica, social, cultural, jurídica que são intrínsecas.

“Quando a linguagem é ela própria trabalho, isto é, funciona como parte legitimada da atividade, ela adota, ao mesmo tempo em que revela, essa complexidade. Portanto, complexidade do trabalho e complexidade da linguagem, de um certo ponto de vista se

confundem. A linguagem como trabalho não é somente uma dimensão, dentre outras do trabalho, mas ela própria se reveste de uma série de dimensões.” (Nouroudine, 2002, p.17).

E são essas dimensões a que A. Nouroudine se refere que foram evidenciadas na semana de observação piloto em sala de aula, onde foi possível analisar o que se faz no processo de inclusão, através da prática de linguagem desenvolvida no processo com os alunos, dimensões múltiplas de pertencimento, de real inclusão.

A linguagem no trabalho é constitutiva da situação de trabalho como um todo, onde se dá a atividade, podendo os constituintes da situação de trabalho se aproximar ou se afastar da atividade. A linguagem no trabalho ultrapassa a superfície do trabalho docente de maneira estrita, sai do campo da atividade, das ações que são realizadas no seu ambiente de atividade enquanto espaço destinado para a inclusão escolar de pessoas com deficiência especificamente, e oportuniza a concepção do cenário em que o professor está inscrito, indo esta prática de linguagem de uma simples conversa das singularidades que atravessam o cotidiano deste professor até formas mais aprazíveis de conduzir o cotidiano da atividade, isto é, oportuniza discussões que circundam reflexões a partir da forma como as práticas laborais se constituem.

A linguagem sobre o trabalho, por sua vez, se desenvolve a partir da produção de saber, de um modo de interpretação do trabalho, possibilitando a apreensão do que os trabalhadores situados na atividade têm sobre o seu fazer laboral a partir de verbalizações que se anunciam em cenas enunciativas do cotidiano escolar. As reflexões da linguagem sobre o trabalho são ponderosas, uma vez que a discussão do professor acerca do processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência com os sujeitos que estão também inseridos no processo conferem possibilidades de conceber sua própria atividade, ressignificando-as, constituindo novas formas de agir. É importante destacar que para Nouroudine (2002), no que tange ao questionamento da linguagem sobre o trabalho é importante considerar “quem fala”, “de onde fala” e “quando fala” para que se possa compreender e se situar no campo de validade e pertinência da “linguagem sobre o trabalho”.

“(…) embora a complexidade do trabalho se encontre dentro da linguagem em sua totalidade, ela se traduz diferentemente de acordo com os modos na tripartição. Os três aspectos da linguagem estão em estreita ligação como práticas languageiras na situação de trabalho considerada de maneira global; porém, cada uma delas apresenta problemas de ordem prática e epistemológica bem distintas.” (Nouroudine, 2002, p.18).

O professor realiza a sua atividade num espaço institucional que segue uma ordem, uma ordem que é homogênea, geral, e que, recorrentemente é renormalizada dentro das condições de produção, tendo em vista as particularidades e singularidades de cada instituição e dos sujeitos que nela atuam, porém, para o professor deslocar-se entre o que é o ideal e o que é real requer administração de escolhas que viabilizam o processo ensino-aprendizagem. A compreensão da universal distância entre o que é prescrito e o que é real nas situações de atividade de trabalho se esclarecem em virtude da variabilidade que circunda os locais de trabalho e os que o realizam, segue a elucidação:

“Uma vez que compreendemos que toda atividade é sempre de um lado aplicação de um protocolo e, de outro, um encontro de encontros a gerir, podemos dizer que toda atividade é um debate, uma dramática no sentido em que acontece algo, entre normas antecedentes – tudo o que está do lado da experimentação e do protocolo -, e tudo o que é do encontro de encontros e aqui é preciso renormalizar.” (Schwartz, 2010, p.43).

O professor é convocado a evocar suas experiências a todo momento, o que constitui novas experiências que se realizam em normas singulares que ele mesmo cria para realizar a sua atividade. As condições de possibilidades históricas do trabalho do professor produzem efeitos de sentidos já institucionalizados. Os discursos que circulam no desenvolvimento das atividades do professor já constituem uma formação discursiva estabilizada nas práticas e respectivos rituais desenvolvidos na sociedade que se materializam na instituição escolar. Segue a enunciação da professora entrevistada:

“A gente age profissionalmente pautado numa legislação, que norteia todo o nosso trabalho dentro de sala, que a própria escola, desde os documentos internos da própria escola até os macros, a gente não pode fugir dessa questão, dessa situação. Agora já, que quando a gente se depara com uma situação, a gente vai em busca, aí a gente acaba descobrindo situações, tendo outros conhecimentos que são necessários para a nossa prática.”

O trabalho do professor é desenvolvido na articulação teórico-metodológica dos conhecimentos científicos e empíricos adquiridos ao longo da jornada acadêmica, da vida pessoal e da vivência no contexto escolar, na prática diária, onde novos saberes são incorporados ao arcabouço de conhecimentos que o professor mobiliza para atingir as diretrizes propostas pelas instituições. O cotidiano de realização das atividades que o professor desenvolve conduz um recorrente e constante processo de aprimoramento profissional que é renovado em cada prática social que se realiza.

Questionada sobre a participação em formação continuada, a professora responde:

“Pelo menos aqui pela SEMEC a gente participa, mensalmente. E em outras situações de palestras, cursos, ultimamente tenho participado bastante sobre a inclusão, principalmente sobre o autismo...”

As práticas e rituais sociais que o professor realiza no contexto de trabalho circulam entre leis, normas, projetos pedagógicos, diretrizes curriculares, e ainda, com os problemas cotidianos e com os inusitados que surgem. Retoma-se de maneira análoga:

“Em toda situação de trabalho, há sempre uma combinação parcialmente inédita entre as normas antecedentes (todas as prescrições, sobretudo as definidas pela hierarquia: manuais, instruções técnicas, etc.), os materiais e os objetos técnicos [...] e os saberes acumulados pelo indivíduo e pelo microcoletivo, cada qual com sua história.” (Souza-e Silva, 2008, p.16).

A cultura escolar em que o professor está inserido também conduz a sua prática docente e, conseqüentemente, a sua prática discursiva, que se materializa de diferentes maneiras. O trabalho do professor sempre foi conduzido por legislações, regimentos que se instituíram social e juridicamente, que por muito tempo ficaram um tanto estabilizadas, porém, o cotidiano da atividade sempre foi recheado de variáveis em virtude da diversidade de alunos com os quais convive diariamente para realizar a execução de suas tarefas, tendo o professor que, cotidianamente traçar abordagens múltiplas para o alcance de todo seu público, variáveis estas, que já são constantes para esta atividade de trabalho especificamente. A inclusão escolar de pessoas com deficiência modifica paradigmas na sociedade, no governo, e em especial, nas instituições escolares, alterando as relações de trabalho do professor, a sua prática em sala de aula, a relação com os alunos, familiares dos alunos e comunidade escolar no geral. Perguntado para a professora a respeito da presença/ausência da família dos alunos com deficiência e se tal situação influencia o trabalho que desenvolve para efetivação da inclusão escolar a mesma se posiciona:

“Com certeza. Inclusive eu costumo até falar desse meu aluno, que as primeira pessoas que me ajudaram, que eu consegui desenvolver um trabalho com ele, foi a família. O pai dele é muito presente, chegou num primeiro momento comigo e me passou toda a situação dele, como ele era, como eu poderia trabalhar com ele, como os professores já trabalhavam em anos anteriores, e esse acompanhamento ele faz diário. Todos os dias ele vai buscar na porta, pergunta como ele foi, ele fala como ele reage as atividades pedagógicas que vão para casa, ele me dá sugestões de como trabalhar com ele, isso o próprio pai dele. Desde o primeiro momento, ele veio, imagino se tivesse ausência, aí ficaria uma lacuna, aí eu teria mais trabalho ainda, de investigar, saber como lidar, como falar com ele, mas tudo isso o pai já me deu no primeiro dia, olha professora, é assim, assim, assim... ele gosta de trabalho assim, já costuma fazer trabalhos assim... Aí ele me fala das mudanças dentro dos trabalhos em sala de aula, da própria rotina dele, ele faz esse acompanhamento em casa, ele fala como ele reage em casa, eu percebo que

é da mesma forma como acontece dentro de sala de aula, aí tem esse feedback quase que diariamente.”

O trabalho docente que inclui alunos com deficiência nas salas de aula regulares precisa atender o que está disposto em vários documentos, como a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Regimentos, Projetos, Programas, enfim, atender a proposta estabelecida nas políticas públicas. Dentro dessa perspectiva de normas antecedentes, a professora entrevistada foi indagada a respeito do arquivo jurídico que institucionaliza a inclusão escolar de pessoas com deficiência, se influencia a sua prática.

“Sim. A gente age profissionalmente pautado numa legislação, que norteia todo o nosso trabalho dentro de sala, que a própria escola, desde os documentos internos da própria escola até os macros, a gente não pode fugir dessa questão, dessa situação, porém, a gente está muito aquém do que nós deveríamos saber. Desconheço muito ainda... Agora já, que quando a gente se depara com uma situação, a gente vai em busca, aí a gente acaba descobrindo situações, tendo outros conhecimentos que são necessários para a nossa prática, porém, que a nível de garantir realmente, a gente ainda está longe do que está na legislação, porém, a gente não pode fugir, porque a gente está dentro de uma instituição pública e a gente é regido, geralmente tudo que a gente faz aqui dentro é pela legislação, que tem que nos nortear e amparar.”

O trabalho do professor com a educação na perspectiva da inclusão da pessoas com deficiência implica rompimento de fronteiras, aquisição de novos saberes, novos poderes, inserção em uma nova ordem, jogo de formações discursivas que entram em dispersão, mas que também constituem uma certa regularidade. Assim como a língua tem um conjunto de regras, planos que a rege, as instituições também possuem, o que conseqüentemente interfere nas práticas do trabalho desenvolvido pelo sujeito, que podem ser reveladas na sua opacidade, uma vez considerada as condições de produção e as respectivas renormalizações mediante as dramáticas dos usos de si que são mobilizadas para colocar em prática a atividade de trabalho.

O interior da atividade de trabalho se apresenta no discurso em diferentes materialidades, inclusive na memória discursiva evocada que remete diferentes formações discursivas que se pluralizam no exercício laboral, por meio da linguagem. A bipolarização existente entre o que é prescrito e o que é real no trabalho se inscreve na prática institucional por meio da linguagem. Os efeitos de sentido se materializam na atividade de trabalho conforme a variabilidade das condições de produção. Dessa maneira, foi perguntado para a entrevistada se ela considera incluir alunos com deficiência da maneira mais próxima ou mais afastada do que está disposto nos regimentos e legislações:

“Ah, mais próximo, quando a gente tenta. Em algumas atividades a gente consegue ver o sucesso, que realmente eles conseguiram, em outras a gente já não consegue tanto, diariamente na maioria a gente vem conseguindo o que é proposto dentro dessa linha da inclusão, mas infelizmente a gente não consegue 100% (cem por cento), mas a gente tenta.”

Além da linguagem na situação de trabalho, tomar como referência as circunstâncias em que a atividade se dá, marca cada fazer em seu respectivo acontecimento. A incorporação dos efeitos de sentido que se tornam pertinentes em cada situação particular de trabalho é manifestada na linguagem, nos discursos, dessa forma, linguagem e trabalho, essencialmente se articulam como aspectos centrais em análises. Assim como a linguagem dita a ação laboral, ela também se realiza na execução da atividade nas relações sociais, no que se faz.

O processo de observação do que se faz na inclusão de alunos com deficiência nessa escola representativa da rede municipal de educação de Belém, registrado em diário de campo permitiu visibilizar momentos de inclusão no processo da atividade do professor.

A linguagem se espraia no decorrer do trabalho e se posterga, ainda que a atividade de trabalho seja concluída e o sujeito retire-se do local de trabalho. As práticas de linguagem e trabalho são construídas no cotidiano de cada atividade, ao interagir com os sujeitos do local de trabalho, ao ressignificar conhecimentos, ao compartilhar posicionamentos diferenciados, ao renormalizar as leis e normas com o intuito de alcançar objetivos diante de realidades adversas e singulares.

A linguagem e o trabalho são fruto de interações que se dão nas relações sociais, são constitutivas do homem, tanto a linguagem como o trabalho coloca em funcionamento o sujeito em suas relações centrais no cotidiano da vida em sociedade, os ineditismos e singularidades que acontecem nas práticas languageiras também acontecem nas práticas de trabalho.

É no sentido do debate entre normas antecedentes e renormalizações que objetos sociais e discursivos vão se constituindo no ambiente de trabalho e tem sua atividade constituída por “práticas languageiras”. São essas “práticas languageiras” que atravessam o que é objetivo e o que é subjetivo, que regulam, mas também ressingularizam a atividade de trabalho em várias dimensões, sejam elas técnicas, organizacionais, jurídicas, políticas, porém, além disso, existe uma relação do fazer e do corpo que atravessa as atividades que se manifestam ou ficam ainda que obscuras, nas escolhas que não estão formalizadas nas atividades que se desenvolvem, simbolicamente apresentadas pelo corpo-si, que é indissociável da realização de atividades.

A compreensão de corpo-si é essencialmente pertinente para constituir as categorias reflexivas que alicerçam os estudos ergológicos que investigam as práticas docentes no processo de inclusão

escolar de pessoas com deficiência, haja vista que as prescrições, os procedimentos que foram codificados para projetada tarefa não são “solitariamente” suficientes para a execução de uma atividade em situações de trabalho, implicando dessa maneira, no indispensável investimento de subjetividade, de capital pessoal que requer a mobilização de conhecimentos, saberes que não estarão listados nas prescrições, nas normalizações, são as escolhas dirimidas no desenvolvimento das atividades que chamaremos corpo-si. O corpo-si é a “extrapolação” do trabalho prescrito, das normalizações, instruções, imposições, regras, ou melhor, é o que complementa tudo isso, levando em conta a variabilidade do meio, os inusitados que acontecem no transcorrer da situação de trabalho, é o que vai constituir as renormalizações.

A convocação do corpo-si para a realização das atividades é feita porque as normas antecedentes são insuficientes diante das singularidades dos meios em que as atividades se constituem, na mobilização de escolhas que se dão a partir da articulação de valores, de memória discursiva, de saberes, e não se resumem a meras execuções de tarefas. A ressingularização da atividade acontece quando cada sujeito trabalhador faz o investimento de suas vivências, com suas respectivas adequações diante das variáveis que cada situação de trabalho requer. Fazer escolhas em que o “corpo-si” é acionado não é nenhum pouco simplório, daí o surgimento da altissonante expressão “dramática de uso de si”.

Na Ergologia, o trabalho é observado como sendo uma combinação de objetividade, execução, racionalização e controle com subjetividade, debate de normas, usos de si, renormalizações, enfim, a junção de tudo que atravessa a situação de trabalho.

As normas antecedentes ou normas prescritas são muito abrangentes, vão de um nível macro para um nível micro, vão do arquivo jurídico para acordos internos, são pré-estabelecidas, pautados numa visão hierárquica, porém, a atividade humana é atravessada por um corpo-si, que age para executar o que foi proposto, ponderando as considerações normativas historicamente institucionalizadas.

“O trabalho não existe sem alguém que trabalha. É difícil nomear este sujeito porque isso subentenderia que ele se encontraria bem delimitado, definido. Ora, se a atividade é efetivamente conduzida por alguém em carne e osso, - ela inscreve-se em funcionamentos neuro-sensitivos de tal forma complexos que não se consegue dar a volta – esta atividade tem, além disso, prolongamentos que ultrapassam a pessoa física. São solicitados e mesmo incorporados, inscritos no corpo: o social, o psíquico, o institucional, as normas e os valores [do contexto e retrabalhados], a relação às instalações e aos produtos, aos tempos, aos homens, aos níveis de racionalidade, etc... Este alguém que trabalha - este centro de arbitragens que governa a atividade – pode assim ser designado corpo-si ou corpo-pessoa.” (Durrive; Schwartz, 2008, p.24).

A relação entre debate de normas e usos de si que concomitantemente se fortalece e se confronta na atividade do trabalhador começa a ser estudada no meio social em que se realiza. É sabido que as normas antecedentes são necessárias para que uma atividade de trabalho se realize, porém, diante das condições do local e dos sujeitos com os quais a atividade seja desenvolvida, também é necessário que se mobilize aspectos da experiência, das escolhas do trabalhador, que vão se complementar, e ainda, se confrontar, “todo ato, mesmo o mais simples, é num primeiro momento, um uso de si por si-mesmo e este uso é sempre absolutamente singular” (Schwartz, 2007, p.69).

Ainda que as prescrições estejam materializadas linguisticamente, as quais descrevem as normas como as atividades de trabalho devem ser conduzidas, cada situação de realização no contexto de trabalho é singular, mesmo que sob as similares orientações o sujeito vivencia as dramáticas dos usos de si ao dirimir escolhas, uma vez que o ser humano está sempre se constituindo enquanto sujeito, possibilitando mudanças de posturas, o trabalho em sociedade é recorrentemente marcado por transformações que suscitam escolhas pertinentes, dessa forma, a atividade de trabalho que constitui o objeto de pesquisa que se desenvolve é uma atividade marcada por uma continuidade de escolhas, uma vez que a atividade docente para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, a partir da perspectiva das normas e renormalizações no âmbito educacional transita entre as dramáticas dos usos de si que foram propiciadas pelas transformações políticas, econômicas e sociais no cenário do mundo do trabalho que impulsionaram a mobilização de vários saberes de um mesmo sujeito da atividade para que possa realizar a diversidade de tarefas, que em séculos passados era totalmente fragmentada.

As hipóteses que privilegiam o discurso enquanto prática discursiva ligada a redes institucionais que produz sentidos em determinados ambientes sócio históricos são aprofundados dentro dos limites do discurso que permitem sua respectiva inscrição histórica que constitui o interdiscurso. Esmiuçar o que se intitulou interdiscurso na Escola de Análise do Discurso Francesa que propõe Dominique Maingueneau é adentrar no que se estabelece como uma tríade, composta por universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, os quais se constituem a partir de formações discursivas, que por sua vez, são manifestadas em práticas discursivas.

“Chamaremos de “universo discursivo” o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Esse universo discursivo representa necessariamente um conjunto finito, mesmo que ele possa ser apreendido em sua globalidade. É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual são construídos domínios suscetíveis de ser estudados, “os campos discursivos”. Por este último termo, é preciso entender um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região delimitada do universo discursivo.” (Maingueneau, 2008, p.33).

Partindo da perspectiva de entendimento do Interdiscurso enquanto composição a partir da tríade mencionada, salienta-se o que dispõe a escola francesa “dominiqueana” acerca dos espaços discursivos.

“É-se então, conduzido a isolar, no campo, espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu próprio propósito, julga relevante por em relação. Tais restrições são resultado direto de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir.” (Maingueneau, 2008, p.35).

As condições de possibilidades semânticas advindas de análise a partir de recortes que vão do universo discursivo, que perpassam o campo discursivo e chegam até o espaço discursivo poderão indicar a instituição de zonas de regularidades discursivas que se revelam. Percorrer o universo discursivo que circunda os espaços institucionais onde o professor trabalha no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência é trilhar formações discursivas que estão na “ordem” e na “desordem” do discurso, respeitando os respectivos recortes discursivos que se instauram em práticas languageiras, levando em consideração o discurso e seu modo de enunciação. O recorte que se faz menção é propiciado em materialidades discursivas em que o professor discorre sobre as práticas discursivas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, inicialmente em entrevistas, com seus respectivos recortes selecionados, a fim de identificar posições enunciativas que o professor assume ao dizer o que faz como trabalhador, posteriormente, seleção de recortes de práticas discursivas também são realizados a partir da observação da prática na sala de aula para observar o fazer do professor no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência para identificar quais as posições mais frequentes no corpus analisado a partir do reconhecimento da centralidade da linguagem nas situações de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do professor no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência em escola pública da Rede Municipal de Belém se dá no enlaçamento entre dizer e fazer, constituindo enunciados que se realizam em práticas discursivas que imbricam o textual e o institucional em cenas enunciativas que permitem entrever na opacidade do discurso, formações discursivas que circulam na comunidade discursiva.

As práticas discursivas que se dão na junção do discurso e da instituição escolar produzem e põe em circulação enunciados sobre a atividade docente para o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência.

As modalidades discursiva e institucional inscrevem sujeitos em ordens discursivas que se concretizam na prática social que se desenrola dentro do ambiente institucional que se materializam discursivamente em cenas enunciativas que gera efeitos de sentido que se anunciam no fazer e no dizer, representando na opacidade do discurso, pertencimentos, afastamentos e estranhamentos.

A análise do percurso investigativo permite inferir que existe um espaço de tensão entre o histórico e o circunstancial no exercício do trabalho do professor para incluir pessoas com deficiência; com base em materialidades discursivas, é possível entrever, na opacidade dos discursos, diferentes modos de dizer e de agir na inclusão de pessoas com deficiência no trabalho docente; o trabalho do professor passa por renormalizações para incluir pessoas com deficiência e que, diferentes formações discursivas são postas em cenas enunciativas no exercício laboral do professor.

O professor/trabalhador, ao desenvolver a atividade, pondera aspectos sociais, culturais, éticos para o desenvolvimento da atividade, e ainda, adequa as normas pré-estabelecidas à necessidade encontrada, faz “ajustes” para preencher a distância – do prescrito e do real, despontando, assim, circunstâncias exitosas frente a escolhas árduas que corriqueiramente são necessárias para realizar a atividade. A atividade, do ponto de vista ergológico, é um recorrente espaço de negociação que varia no percurso do desenvolvimento, passando pelo trabalho prescrito, onde se encontram as normas, percorrendo as renormalizações, mediante as dramáticas dos usos de si, até conseguir a realização concreta da atividade, levando em consideração, as normas que se impõem e as normas que se instauram, legitimando o processo de (não) inclusão escolar de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, constituído pela fronteira do movimento de inclusão e de não inclusão escolar experienciado no que é real na atividade docente, indiciado em práticas discursivas.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, D. O Que é Deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007
- DURRIVE, Louis. Introdução ao manifesto. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.) (2015) Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.
- MAINGUENEAU, D. Discurso e Análise do Discurso. São Paulo, Parábola, 2015.
- MAINGUENEAU, D. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo, Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, D. Doze Conceitos em Análise do Discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos Discursos. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.
- NOROUDINE. A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.; FAITA, D. (Org.) Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, Cortez, 2002.
- SCHWARTZ, Y. Trabalho e Ergologia. In: SCHWARTZ, Y. DURRIVE, L. (Orgs.) Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana. Coord. da tradução e revisão técnica: Jussara Brito e Milton Athayde. 2. Ed. Niterói: EdUFF, 2010.
- SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um Ergoengajamento. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.
- SCHWARTZ, Y. Conceituando trabalho, o visível e o invisível. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.9, 2011b.
- SOUZA-E-SILVA, M.C.; FAITA, D. (Org.) Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, Cortez, 2002.